

A força do pensamento deôntico: O vitimizador feliz na atribuição de emoções na criança (*)

ORLANDO LOURENÇO (**)

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos, tem havido um enorme interesse pela compreensão da criança relativamente às emoções experienciadas por aqueles que praticam um acto que, embora desejem, é imoral (ver Arsenio & Lover, 1996). A maior parte desta investigação (e.g., Arsenio & Kramer, 1992; Lourenço, 1998; Murgatroyd & Robinson, 1993; Nunner-Winkler & Sodian, 1988; Yuill, Perner, Pearson, Peerbhoy, & van den En-

de, 1996) tem girado em torno das quatro seguintes questões, sendo as três primeiras essencialmente descritivas e a última fundamentalmente explicativa: (1) Que tipo de emoções (i.e., positivas, negativas, ou mistas) atribuem as crianças ao transgressor envolvido em actos de vitimização?; (2) Existem padrões típicos nas atribuições de emoções morais aos vitimizadores?; (3) Mudam estes padrões em função da idade da criança?; e (4) o que está em jogo na atribuição de emoções pela criança aos transgressores de normas morais?

Quanto ao tipo de emoções atribuídas aos transgressores, as pesquisas efectuadas têm mostrado que quando as crianças são solicitadas a atribuir emoções a um transgressor que obteve resultados tangíveis pelo facto de ter violado uma norma moral (e.g., roubar o chocolate de um companheiro; empurrá-lo de um baloiço), enquanto as mais novas (4-6 anos) tendem a atribuir-lhe emoções positivas (e.g., «o vitimizador sente-se bem e feliz»; Arsenio & Kramer, 1992; Barden, Zelko, Duncan, & Masters, 1980), as mais velhas (8-9 anos) tendem a atribuir-lhe emoções negativas (e.g., «o transgressor sente-se mal e infeliz»; Lourenço, 1993; Nunner-Winkler & Sodian, 1988). Este quadro, contudo, é um

(*) Expresso o meu agradecimento ao Colégio Moderno, em especial à sua directora e às crianças que participaram neste estudo. Sem a sua colaboração, esta investigação não teria sido possível.

Esta investigação foi efectuada no âmbito do *Centro de Psicologia Clínica e Experimental: Desenvolvimento, Cognição e Personalidade* (Unidade I & D, Fundação para a Ciência e Tecnologia).

Correspondência relativa a este artigo deve ser endereçada a Orlando Lourenço, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, 1600 Lisboa (e-mail: Orlando@fc.ul.pt).

(**) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa. E-mail: Orlando@fc.ul.pt

pouco mais complicado quando a análise é mais detalhada. Por exemplo, se há estudos onde não ocorreu a atribuição de emoções positivas por parte de crianças entre os 5-8 anos (e.g., Harter & Whitesell, 1989), outros há onde a incidência de tais emoções continua durante os anos escolares e mesmo na vida adulta (e.g., Murgatroyd & Robinson, 1993). Além disso, não há praticamente nenhuma pesquisa onde as crianças mais novas atribuam apenas emoções positivas, e as mais velhas apenas emoções negativas ou mistas (e.g., Arsenio & Ford, 1985; Barden, *et al.*, 1980; Keller, Schuster, Fang Fu-xi, Tang Hong, & Edelstein, 1996; Nunner-Winkler & Sodian, 1998; Yuill *et al.*, 1996).

A atribuição de emoções aos vitimizadores tem sido classificada em três padrões distintos (ver Arsenio & Lover, 1996): o padrão do *vitimizador feliz* (i.e., a criança espera que o transgressor se sinta bem, não mal, sendo esta atribuição tida como uma atribuição de emoções imorais); o padrão do *vitimizador infeliz* (i.e., a criança espera que o transgressor se sinta mal, não bem, sendo esta atribuição tida como uma atribuição de emoções morais); e o padrão do *vitimizador misto* (i.e., a criança espera que o transgressor se sinta bem e mal ao mesmo tempo). De novo, este quadro é mais complicado do que parece à primeira vista. Primeiro, embora as crianças mais novas e mais velhas tendam a seguir, respectivamente, o padrão do vitimizador feliz e infeliz, por vezes acontece o contrário (e.g., Arsenio, 1988; Murgatroyd & Robinson, 1997; Yuill *et al.*, 1996). Segundo, pesquisas há onde o padrão do vitimizador misto nem sequer aparece nas crianças mais velhas (e.g., Nunner-Winkler & Sodian, 1988), e outras onde tal padrão é bem visível (e.g., Arsenio & Kramer, 1992). Terceiro, a mesma criança pode exibir padrões diferentes quando é confrontada com transgressões várias (e.g., Lourenço, 1997). Finalmente, parece que existe apenas um tipo de vitimizador feliz – i.e., emoções positivas justificadas por razões orientadas para o resultado (e.g., «o transgressor sente-se bem porque conseguiu o que queria»; ver Nuner-Winkler & Sodian, 1988) –, ao passo que existem, pelo menos, dois padrões de vitimizador infeliz: um atento à dor e perda da vítima (e.g., «o vitimizador sente-se infeliz por causa do mal feito à vítima»); o outro atento aos interesses do próprio transgressor (e.g., «o vitimizador

sente-se mal porque pode ser descoberto e castigado»; ver Murgatroyd & Robinson, 1997).

No que concerne à relação entre a idade e o padrão do vitimizador feliz/infeliz, os dados obtidos no passado também não são lineares. Se há estudos que referem uma mudança muito forte associada à idade na orientação moral das atribuições da criança («os transgressores são felizes porque obtêm o que desejam versus são infelizes por causa do mal infligido à vítima»; e.g., Lourenço, 1993; Nunner-Winkler & Sodian, 1988), tal mudança é apenas subtil e moderada em outros estudos (e.g., Arsenio, 1988; Arsenio & Kramer, 1992; Lourenço, 1997). Para complicar mais as coisas, em diversas pesquisas o fenómeno do vitimizador feliz não desaparece por volta dos 8 anos, continuando mesmo além dessa idade (e.g., Murgatroyd & Robinson, 1993). Mais ainda, existe mesmo uma pesquisa (Yuill *et al.*, 1996) onde as crianças de três anos atribuem emoções negativas, as de quatro, positivas, e as mais velhas, emoções negativas de novo. Em vez da típica mudança de emoções positivas para negativas (ou mistas), no estudo de Yuill e colaboradores houve uma mudança dupla: emoções negativas, positivas, negativas. Os autores concluem que, em termos de desejo, as crianças mais jovens são «objectivistas», centrando-se exclusivamente nas más consequências, enquanto as de quatro anos são «subjectivistas», centrando-se exclusivamente nas intenções do protagonista. Nas suas palavras (Yuill *et al.*, 1996), «dado um protagonista com um desejo objectivamente mau (querer magoar alguém), as crianças de três anos pensam que ele se sente mal quando obtém o resultado desejado porque este é mau objectivamente. O saber que alguém quer que tal resultado ocorra ainda não o torna desejável. É apenas mais tarde que as crianças compreendem o desejo em termos subjectivos (...), isto é, a emoção sentida por um protagonista é julgada em termos da sua conformidade ou não com o desejo interno» (p. 458).

Pelo exposto até aqui, há quatro aspectos que parecem claros. Primeiro, os dados contraditórios na atribuição de emoções aos vitimizadores sugerem que este fenómeno é determinado por múltiplas variáveis e processos psicológicos. Semelhante asserção é aliás uma ideia central no modelo de quatro passos proposto por alguns autores (Arsenio & Lover, 1996) para dar conta dos

principais resultados relativos à compreensão e desenvolvimento das emoções em actos de vitimização (i.e., experiências afectivas e sócio-morais da criança, passo 1; o seu desenvolvimento e limitações cognitivas, passo 2; a sua maturidade sócio-moral, passo 3; e a coordenação dos seus conhecimentos relativos aos actos de vitimização, passo 4).

Segundo, os resultados contraditórios referidos atrás também mostram que estamos ainda longe de um conhecimento relativamente seguro sobre tal forma de desenvolvimento emocional e, portanto, que a atribuição de emoções pela criança aos vitimizadores está aberta a posteriores pesquisas empíricas e reflexões conceptuais (Sarni, Mumme, & Campos, 1998). Por exemplo, parece natural que, pela sua maior maturidade social, cognitiva e emocional, as crianças mais velhas tendam a atribuir ao transgressor, não emoções positivas (e imorais), mas negativas (e morais), o oposto do que geralmente se passa nas mais novas. Mas como explicar que isto não seja sempre o caso? Dir-se-á, então, que não podemos esquecer o papel da motivação, cultura, velocidade de desenvolvimento, detalhes metodológicos, etc. Mas sendo assim, como explicar, então, as regularidades já referidas e verificadas em diversos países, como, por exemplo, na Alemanha (Nunner-Winkler & Sodian, 1988), Estados Unidos da América (Arsenio & Kramer, 1992) Portugal (Lourenço, 1997) e Reino Unido (Morgatroyd & Robinson, 1993), e mesmo em culturas muito diferentes (Keller *et al.*, 1996)?

Terceiro, até agora nenhuma pesquisa analisou ainda quanto é que o fenómeno do vitimizador feliz é moral ou imoral para as próprias crianças. De outro modo, até agora os investigadores têm estudado tal fenómeno segundo uma perspectiva descritiva, factual, ou do que *é*, não segundo um ponto de vista prescritivo, deontico, ou do que *deve ser*. Basta dizer aqui que nas pesquisas mencionadas atrás as crianças foram sempre solicitadas a responder a questões descritivas ou de *ser* (e.g., «Como se sente o vitimizador depois da transgressão, bem ou mal, e porquê?»), nunca a perguntas prescritivas ou de *dever ser* (e.g., «Como se deve sentir o vitimizador depois da transgressão, bem ou mal, e porquê?»).

Considerar, de um ponto de vista deontico ou de dever, as emoções que as crianças atribuem aos transgressores é o primeiro objectivo deste estu-

do. Trata-se de um objectivo que merece ser explorado, na medida em que permite obter uma melhor compreensão dos resultados relativamente contraditórios que já referimos, clarificar o significado moral da atribuição de tais emoções e, portanto, desafiar ou fortalecer certas teses de teorias actuais de desenvolvimento no que à competência moral das crianças diz respeito. Por exemplo, a atribuição de emoções pela criança aos vitimizadores tem sido tomada como um indicativo do seu desenvolvimento e motivação moral (Asendorpf & Nunner-Winkler, 1992; Lourenço, 1997; Nunner-Winkler & Sodian, 1988) e, portanto, também como um dado com implicações, quer em relação à tese de Kohlberg (1984) da imaturidade moral da criança, quer a respeito da posição de Turiel (1983) que proclama que, em idade relativamente precoce, a criança possui já um conhecimento moral bastante sofisticado. Para o significado de tais implicações ser mais claro, contudo, é desejável, necessário mesmo, que os dados relativos à atribuição de emoções ao transgressor pela criança sejam obtidos numa perspectiva deontica e de dever, de preferência a uma perspectiva factual e de ser.

Em geral, tem sido assumido que a atribuição de emoções positivas ao transgressor revela uma criança a fazer atribuição de emoções imorais, não morais (ver Arsenio & Lover, 1996). Atribuisse a criança emoções morais, não imorais, ao transgressor, ela esperaria que ele se sentisse mal, por causa da perda imposta à vítima (e.g., ficar privada de um chocolate que lhe foi roubado), não bem, por causa do benefício material que ele obteve (i.e., a posse do chocolate roubado). Contudo, esta linha de raciocínio seria relativamente desafiada se se verificasse que a atribuição de emoções positivas pela criança ao vitimizador em perguntas descritivas (e.g., «Como se sente o protagonista?») diminuía quando ela é questionada em perguntas prescritivas (e.g., «Como se deve sentir o protagonista?»). Devido a um possível desencontro linguístico entre a criança e o experimentador, pode bem acontecer que, quando são confrontadas com a questão descritiva tradicional, diversas crianças assumam que lhes está a ser colocada uma questão fundamentalmente cognitiva, numa tarefa igualmente cognitiva (i.e., «Como se sente o vitimizador quando *obtem* o chocolate que queria?»),

não um pergunta predominantemente moral, numa tarefa igualmente moral (i.e., «Como se sente o vitimizador quando obtém o chocolate que *roubou* a um companheiro?») (Ver Grice, 1975, e também Siegal & Beattie, 1991, para uma análise das normas linguísticas assumidas no dia a dia da interacção verbal e violadas muitas vezes em contexto experimental.) A esta luz, faz sentido argumentar que, para ser tomada como um real (e imoral) vitimizador feliz, uma criança tem de atribuir emoções positivas ao vitimizador em perguntas deonticas, mais do que em perguntas factuais. Emoções positivas atribuídas em perguntas descritivas correm o risco de ser atribuições de vitimizador feliz mais aparentes que reais.

Esta investigação, contudo, não foi projectada para testar a hipótese do possível desencontro linguístico acabado de mencionar. O seu primeiro objectivo é examinar as possíveis diferenças na atribuição de emoções ao vitimizador por parte da criança em duas condições distintas (i.e., numa questão descritiva ou de ser e numa prescritiva ou de dever), e analisar se estas diferenças variam em função da idade. Com base na literatura desenvolvimentista relativa à competência linguística, cognitiva, emocional e moral da criança (Damon, 1998), fazemos duas previsões. Primeiro, as crianças caem mais facilmente no padrão do vitimizador feliz na condição factual que na condição deontica. Segundo, esta discrepância «ser-dever» é maior nas crianças mais novas que nas mais velhas. Para este estudo, escolhemos crianças de 5-6 anos e crianças de 8-9 anos, dois níveis de idade muito usados em estudos similares a este (e.g., Arsenio & Kramer, 1992; Nunner-Winkler & Sodian, 1988).

Finalmente, uma análise sumária dos estudos relativos às atribuições pela criança de emoções aos transgressores revela também que, com poucas excepções (e.g., Asendorpf & Nunner-Winkler, 1992), a possível influência de tais emoções no comportamento social da criança tem sido ignorada na maioria dessas pesquisas. Relacionar estas emoções com uma medida de comportamento moral positivo ou pró-social das crianças numa situação de altruísmo é o segundo objectivo desta investigação. Dado que a moralidade envolve aspectos cognitivos e comportamentais (Kohlberg & Candee, 1984), o significado moral das emoções que as crianças atribuem ao trans-

gressor torna-se mais claro quando sabemos algo a respeito da sua possível influência sobre duas formas importantes de comportamento social, o comportamento moral e o comportamento pró-social. Além disso, nas teorias funcionalistas da emoção, «as emoções são concebidas como importantes reguladores, algo que avalia os acontecimentos e motiva a acção humana» (Bretherton, Fritz, Zahn-Waxler, & Ridegay, 1986, p. 530). Contudo, conhecemos apenas duas pesquisas que relacionaram a atribuição de emoções ao transgressor pela criança com o seu comportamento moral (i.e., não fazer batota numa situação de resistência à tentação), embora não com o seu comportamento pró-social (Asendorpf & Nunner-Winkler, 1992; Lake, Lane, & Harris, 1995). Ambos os estudos constataram que as crianças que atribuíam emoções negativas ao transgressor fizeram menos batota do que aquelas que lhe atribuíam emoções positivas. Deve referir-se que embora os domínios moral e pró-social sejam domínios relacionados, a sua distinção faz sentido em termos empíricos (i.e., deveres negativos *versus* deveres positivos) e em termos conceptuais (Eisenberg, 1998). Com base nos resultados de pesquisas anteriores (Asendorpf & Nunner-Winkler, 1992), na ideia de que as emoções são motivadores da conduta humana (Bretherton *et al.*, 1986), e na tese de que a cognição moral influencia o comportamento moral e pró-social (Blasi, 1980), prevemos que, na situação de altruísmo, as crianças de tipo vitimizador feliz (i.e., as que atribuem emoções positivas ao transgressor) são menos altruístas que as de tipo vitimizador infeliz, sendo que esta diferença será maior na condição deontica ou normativa que na factual ou descritiva.

Nesta pesquisa, as crianças foram confrontadas com histórias que envolviam roubar (i.e., roubo de chocolates), causar mal físico a outrem (i.e., empurrar um colega do baloiço para nele brincar de seguida) e não ajudar (i.e., não confortar um amigo em necessidade). Trata-se de transgressões que são familiares à criança, usadas também em pesquisas deste tipo, e que apelam para formas de moralidade negativa (não roubar) e positiva (ajudar quem precisa).

Embora pareça artificial e laboratorial, a oportunidade de altruísmo apresentada às crianças deste estudo tem sido usada em várias pesquisas sobre o desenvolvimento do comportamento

pró-social na criança (e.g., Bar-Tal, Raviv, & Leiser, 1980). Dado que as emoções mistas tendem a ser raras no processo de atribuição espontânea de emoções ao transgressor pelas crianças (Arsenio & Kramer, 1992; Nunner-Winkler & Sodian, 1988), nesta investigação as crianças foram solicitadas a optar por emoções positivas ou negativas. Este formato de escolha forçada deve-se ainda ao facto de estudos anteriores mostrarem que perguntas de tipo aberto, ou levam ao completo silêncio da criança (Murgatryod, 1993), ou então, quanto isto não acontece, ela tende a dizer que o vitimizador se sente bem, feliz e contente, ou mal, triste e infeliz (Nunner-Winkler & Sodian, 1988).

2. MÉTODO

2.1. Participantes

Participaram neste estudo 54 crianças, 27 das quais eram de 5-6 anos (5:3 a 6:0; $M = 5:6$), e as outras 27 de 8-9 anos (8:1 a 9:0; $M = 8:5$). Em cada grupo etário havia aproximadamente o mesmo número de meninas e meninos. As crianças estavam matriculadas num colégio da área de Lisboa, e a maioria delas provinha de famílias da classe média elevada. Todas elas eram de etnia branca. As mais novas frequentavam o primeiro ano de escolaridade; as mais velhas eram do terceiro ano.

2.2. Material

O material era constituído por três histórias (i.e., transgressões morais), semelhantes às utilizadas em pesquisas deste género: roubar um chocolate de um companheiro; empurrar um colega de um baloiço; e não confortar um amigo magoado, para não se perder uma festa de anos. Cada transgressão era ilustrada por uma sequência de cartões (15 X 10 cm), e descrita através de um curto texto. Havia uma versão feminina e outra masculina. Por exemplo, na história relativa ao roubar, uma criança vai para a sala de aulas depois de ter deixado o seu casaco no vestiário e um chocolate (visível) num dos bolsos (cartão 1). No cartão 2, aparece um colega (i.e., o transgressor) que, sem ninguém ver, está a roubar o

chocolate do bolso do companheiro (i.e., a vítima). No cartão 3, o dono do chocolate vem buscá-lo à hora do lanche, mas não o encontra porque tinha sido roubado pelo colega. Os cartões foram utilizados para tornar as transgressões mais salientes e concretas para a criança. Em cada história, o transgressor e a vítima eram descritos como sendo do mesmo sexo e idade da criança entrevistada.

2.3. Procedimento, plano experimental e codificação

As crianças foram entrevistadas individualmente num gabinete da própria escola. Cumprimentada a criança, o experimentador explicava-lhe que estava a fazer um trabalho para conhecer o modo como as crianças pensam a respeito de certas coisas, acentuando que ali não havia respostas certas ou erradas, no sentido em que as há, por exemplo, em matemática. Apresentava, depois, cada uma das três transgressões, bem como os respectivos cartões, e pedia então à criança para atribuir emoções positivas ou negativas ao vitimizador, quer na condição factual, quer na condição deontica. Finalmente, a criança era colocada numa situação de dádiva anónima, na qual podia dar algumas das guloseimas que tinha recebido pela sua participação na presente pesquisa (i.e., seis gomas coloridas, formato de tipo ursinho). De modo mais específico, em cada história a criança era solicitada a responder às seguintes questões (a questão 4 refere-se à situação de altruísmo e era apresentada apenas no fim da entrevista):

1. «O menino/menina desta história (i.e., o vitimizador) portou-se bem, ou portou-se mal? Porquê?»
2. «No fim da história ele/ela sente-se bem e alegre, ou mal e triste? Porquê?» [Nos poucos casos em que a criança dizia que o vitimizador se sentia bem e mal ao mesmo tempo – nunca, nas crianças mais novas; nove vezes, em todas as transgressões, nas crianças mais velhas –, era-lhe perguntado de seguida: «E pensas que se sentiu um pouco mais alegre ou um pouco mais triste? Porquê?»]
3. Disseste há pouco que este menino/menina se sentiu bem/mal no fim da história. «Está

correcto que ele se tenha sentido bem/mal, ou devia antes sentir-se mal/bem? Porquê?»

4. A criança era introduzida então na situação de dádiva anónima. O experimentador agradecia-lhe a sua participação, oferecia-lhe, de seguida, seis gomas coloridas, e informava-a que, se ela quisesse, poderia dar algumas dessas gomas para os meninos/meninas que não tinham sido escolhidos para fazer aquelas brincadeiras, mas que também gostavam de comer algumas gomas. Na sala experimental, havia uma caixa, com uma pequena ranhura, onde as crianças podiam deixar a sua dádiva. Era-lhes dito que podiam ficar com todas as gomas recebidas, dá-las para os companheiros que não vieram fazer as brincadeiras, ou ficar com algumas e dar outras. Antes de sair da sala e deixar a criança só em frente da caixa, o experimentador frisava que ninguém viria a saber o número de gomas que ela metia na caixa, e pedia-lhe também para não falar da brincadeira aos seus colegas. Quando a criança voltava para a sua sala de aula, o experimentador contava o número de gomas que a criança tinha colocado na caixa.

A ordem inicial de apresentação das transgressões à criança, roubar, empurrar, não confortar, foi determinada por tiragem aleatória. Depois, a ordem de apresentação destas histórias, bem como a das duas alternativas nas questões 1, 2 e 3, foi contrabalançada nas entrevistas feitas às crianças. As respostas destas foram copiadas textualmente para codificação posterior.

A primeira pergunta, uma pergunta de controlo, quis saber se as crianças percebiam como transgressões efectivas os actos imorais que lhes eram descritos. As perguntas 2 e 3, essenciais neste estudo, destinavam-se, respectivamente, a avaliar o tipo de emoções (i.e., positivas ou negativas) que as crianças atribuíam ao transgressor, quer na condição factual (pergunta 2), quer na condição deontica (pergunta 3). Finalmente, a oportunidade de dádiva anónima pretendia obter uma medida do comportamento pró-social das crianças.

As emoções atribuídas nas questões 2 e 3 foram classificadas de *positivas* (e.g., «o protago-

nista sentiu-se bem e contente»), *negativas* (e.g., «o protagonista sentiu-se mal e triste»), ou mistas (e.g., «o protagonista sentiu-se um pouco bem e um pouco mal»). No que respeita a esta classificação, houve um acordo de 100 por cento entre os dois avaliadores envolvidos (o autor deste estudo e um segundo juiz independente). Das nove emoções mistas atribuídas inicialmente (i.e., na pergunta 2) pelas crianças mais velhas em todas as transgressões, seis mudaram para negativas e três para positivas, quando a criança foi solicitada a optar finalmente por emoções positivas ou negativas. Na pergunta 3, houve apenas três emoções mistas (não confortar, crianças mais velhas). Por razões de simplicidade, e com base no que aconteceu na pergunta 2, as duas primeiras foram tomadas como negativas, e a terceira como positiva.

As justificações das crianças para as suas atribuições de emoção ao vitimizador foram classificadas em uma das três seguintes categorias exclusivas, categorias usadas também em pesquisas similares (e.g., Nunner-Winkler & Sodian, 1988): orientadas para o *resultado tangível*, para a *moral*, e para as *sanções externas*. Eram orientadas para o resultado se a criança justificava a emoção do vitimizador dizendo que ele se sentiu bem porque obteve o que desejava (e.g., «sentiu-se bem porque ele agora tem o chocolate»). Eram orientadas moralmente, se a criança dissesse que o vitimizador se sentia assim porque tinha violado uma norma moral ou pró-social, porque tinha sido mau, ou porque tinha receio de sanções internas (e.g., «sentiu-se mal porque está errado roubar»; «porque foi feio e mau»; «porque vai sentir pena e remorso»). Eram orientadas para as sanções externas se a criança dissesse que as emoções do vitimizador eram devidas ao receio pela possível ocorrência de consequências negativas (e.g., «sentiu-se mal porque o outro [a vítima] pode ficar zangado e mais tarde fazer-lhe mal e vingar-se»). O acordo entre os juízes foi de 95 por cento. Os poucos casos de desacordo foram resolvidos por consenso. Nos raros casos onde ocorria uma justificação com mais de um tipo de razões (apenas três casos nas crianças mais velhas), classificou-se apenas a primeira razão que aparecia.

3. RESULTADOS

Análises preliminares mostraram que não havia diferenças estatisticamente significativas no que concerne ao sexo das crianças, pelo que os resultados dos meninos e das meninas aparecem aglutinados nas análises que se seguem.

3.1. *Compreensão dos actos imorais como efectivas transgressões*

Todas as crianças de ambas as idades responderam que o vitimizador se tinha portado mal, e foram capazes de apresentar razões apropriadas para os seus juízos de avaliação moral relativos à pergunta 1 (e.g., «ele portou-se mal porque roubou o chocolate do amigo, e não se deve roubar o que é dos outros»). Portanto, todas as 54 crianças consideraram que os actos apresentados eram, de facto, transgressões morais.

3.2. *Emoções atribuídas ao vitimizador*

A Tabela 1 apresenta a frequência das emoções positivas e negativas atribuídas ao vitimizador em função do tipo de transgressão (roubar; empurrar; não confortar), idade (5-6 anos; 8-9 anos) e condição (ser ou factual; dever ou deontica).

No que concerne ao tipo de transgressão, dos

quatro testes de *Cochran* que foram calculados, apenas foi significativo o relativo à condição factual para as crianças mais novas, $Q(27,2) = 9.60$, $p < 0.01$, tendo as emoções positivas sido significativamente mais frequentes que as negativas para o roubar ($p < 0.05$), mas não para o não confortar (testes binomiais). Para a transgressão do empurrar, as emoções negativas das crianças mais novas nessa condição foram mesmo mais frequentes (15) que as positivas (12), mas esta diferença não é estatisticamente significativa.

No que à relação entre idade e tipo de emoções atribuídas diz respeito, fosse qual fosse a transgressão e a condição, as crianças mais velhas atribuíram mais emoções negativas e menos positivas (81% e 19%, respectivamente; percentagens globais) do que as mais novas (53% e 47%). Testes de *qui-quadrado* (ou valores binomiais quando os primeiros não eram possíveis) mostram que a influência da idade no tipo de emoções atribuídas é (a) significativa para todas as três comparações da condição deontica, [$\chi^2(27,1) = 5.24$, $p < 0.05$ (roubar); $\chi^2(27,1) = 4.08$, $p < 0.05$ (não confortar; valor binomial); e $p < 0.01$ (empurrar, valor binomial)]; e (b) significativa ou marginalmente significativa para duas das três comparações da condição factual, $\chi^2(27,1) = 4.78$, $p < 0.05$ (não confortar), e $\chi^2(27,1) = 3.81$, $p < 0.10$ (roubar). Testes bino-

TABELA 1
Frequência de emoções positivas e negativas em função da transgressão, idade e condição

	Transgressão e idade											
	Roubar				Empurrar				Não Confortar			
	5-6 anos		8-9 anos		5-6 anos		8-9 anos		5-6 anos		8-9 anos	
<i>Condição:</i>	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N
Factual	20	7	13	14	12	15	6	21	16	11	8	19
Deontica	10	17	2	25	9	18	0	27	9	18	2	25

Nota: Cada célula podia variar entre 0 - 27 (N = 27, para cada nível de idade).

P = Emoções positivas; N = Emoções negativas.

miais mostram que enquanto a prevalência das emoções negativas sobre as positivas nas crianças mais velhas só não é significativa em uma das seis comparações possíveis (i.e., roubar, condição factual), a prevalência das positivas sobre as negativas nas crianças mais novas ocorreu apenas duas vezes na condição factual (i.e., roubar e não confortar), sendo, contudo, significativa apenas para a transgressão do roubar, mas não para a transgressão do não confortar. Ao invés, na condição deontica, as próprias crianças mais novas também atribuíram sempre ao vitimizador mais emoções negativas que positivas ($p < 0.10$, para as três comparações possíveis).

Nesta pesquisa era essencial comparar as emoções positivas e negativas atribuídas ao vitimizador na condição factual (a questão de teste tradicional em estudos anteriores) com as atribuídas na condição deontica (uma questão de teste teorizada e usada nesta investigação). Os resultados apoiam claramente as duas hipóteses que formulamos, que as crianças atribuíram mais emoções negativas na condição deontica que na factual, e que esta diferença seria mais acentuada nas crianças de 8-9 anos que nas crianças de 5-6 anos. Como se pode constatar pelos dados da Tabela 1, independentemente do tipo de transgressão, o número de emoções negativas aumenta substancialmente da condição factual para a deontica em ambas as idades. Na deontica, as crianças mais velhas acabaram mesmo quase todas a atribuir emoções negativas ao vitimizador. Testes de *McNemar* (ou valores binomiais quando esses não eram adequados) mostram que o aumento de emoções negativas da condição factual para a deontica é (a) significativo para todas as transgressões nas crianças mais velhas – $\chi^2(27, 1) = 7.69, p < 0.01$ (roubar); $p < 0.01$ (empurrar); e $p < 0.05$ (não confortar) –, e (b) significativo ou marginalmente significativo nas crianças mais novas para o roubar, $\chi^2(27,1) = 6.75, p < 0.01$ e o não confortar, $\chi^2(27,1) = 3.27, p < 0.10$, respectivamente, mas não para o empurrar. Uma análise mais detalhada revela ainda que, enquanto das 20 (roubar), 12 (empurrar) e 16 (não confortar) crianças vitimizadoras felizes iniciais no conjunto das mais novas, houve 9, 5 e 7 que permaneceram assim na condição deontica, no conjunto das mais velhas, das 13 (roubar), 6 (empurrar) e 8 (não confortar) vitimizadoras felizes iniciais, apenas 2, 0 e 2 permaneceram co-

mo vitimizadoras felizes na condição deontica. Ao invés, o número de mudanças «regressivas» (i.e., emoções negativas e depois positivas) no grupo das crianças mais velhas (dois casos em todas as transgressões) foi menor que no grupo das crianças mais novas (sete casos). Além disso, enquanto na condição factual 11 das 27 crianças mais novas e 3 das 27 mais velhas foram vitimizadores felizes consistentes em todas as transgressões, na condição deontica apenas três das crianças mais novas e nenhuma das mais velhas foram vitimizadores felizes consistentes (i.e., atribuindo emoções positivas nas três transgressões).

Em resumo, a atribuição de emoções ao vitimizador por parte das crianças revela que (a) as mais velhas atribuíram mais emoções negativas que as mais novas; (b) independentemente da idade e da transgressão, as emoções negativas foram muito mais frequentes na condição deontica que na factual, embora esta diferença seja mais acentuada nas crianças de 8-9 anos; e (c) o tipo de transgressão influenciou de modo significativo a atribuição de emoções na condição factual, embora só nas crianças mais novas, mas não na condição normativa ou deontica.

3.3. *Justificações das crianças para a sua atribuição de emoções ao transgressor*

A Tabela 2 apresenta a frequência das justificações das crianças para as suas atribuições de emoção ao vitimizador nas questões 2 (questão factual) e 3 (questão deontica). A análise dos dados desta Tabela revela que o padrão das justificações das crianças é muito consistente com o padrão relativo às suas atribuições de emoção. Primeiro, enquanto as crianças mais novas deram mais justificações orientadas para o resultado tangível que as mais velhas (47% vs 20%, percentagens globais), estas últimas apresentaram mais justificações orientadas moralmente que as primeiras (77% vs 48%). Segundo, da condição factual para a deontica, houve um decréscimo substancial da percentagem de justificações materiais (i.e., orientadas para o resultado; de 46% para 20%), e um aumento igualmente substancial da percentagem de justificações morais (de 49% para 76%). Finalmente, esta diminuição e este aumento foram maiores nas crianças de 8-9 anos que nas 5-6 anos (27% vs

TABELA 2
Frequência das justificações das crianças em função da idade e condição

Justificações:	5-6 anos		8-9 anos	
	Factual	Deôntica	Factual	Deôntica
Resultados	48	28	27	5
Morais	29	48	50	75
Sanções	4	5	4	1
Total	81	81	81	81

$N = 27$, para cada nível de idade. As células podiam variar entre 0 - 81 (27 sujeitos x 3 transgressões).

24%; e 30% vs 23%, respectivamente). O número de justificações orientadas para as sanções externas foi muito reduzido em ambas as idades (6% e 3%, para as crianças mais novas e mais velhas, respectivamente).

Em resumo, as justificações das crianças para as suas atribuições de emoção aos vitimizadores são muito consistentes com essas mesmas atribuições, dando as crianças mais velhas mais justificações morais e menos justificações materiais que as crianças mais novas, e havendo em ambas as idades mais justificações morais e menos materiais na condição deôntica que na condição factual. Estes dados reforçam a ideia de que o padrão do vitimizador feliz declina com a idade, e que tal padrão é menos provável quando as crianças são confrontadas com questões normativas, deônticas e prescritivas, em vez das tradicionais questões neutras, factuais e meramente descritivas.

3.4. *Atribuição de emoções e comportamento pró-social das crianças*

A Tabela 3 mostra as médias das doações das crianças na situação de altruísmo em função do tipo de emoções atribuídas (i.e., positivas ou negativas) e da condição envolvida (factual ou deôntica). Os vitimizadores felizes são as crianças que, no conjunto das três transgressões relativas a cada condição, atribuíram mais emoções

positivas que negativas. Os vitimizadores infelizes, ao contrário, são as crianças que atribuíram mais emoções negativas que positivas através das três transgressões apresentadas em cada condição. Dado que nenhuma das crianças mais velhas atribuiu mais emoções positivas que negativas na condição deôntica, por razões de comparação foram tomadas como vitimizadores felizes todas as crianças mais velhas (apenas quatro) que, nesta condição, atribuíram emoções positivas em qualquer uma das transgressões.

De modo não surpreendente, as crianças mais velhas colocaram na caixa mais gomas ($M = 1.33$) que as mais novas ($M = 0.66$), $t(54,52) = 2.79$, $p < 0.01$. Em termos da relação entre as atribuições de emoção pela criança e o seu comportamento altruísta na situação de dádiva anónima, previmos que os vitimizadores infelizes seriam mais altruístas que os vitimizadores felizes, e que esta diferença seria maior na condição deôntica que na factual. Não há apoio para nenhuma destas previsões. Embora na condição factual os vitimizadores infelizes sejam, em ambas as idades, um pouco mais altruístas que os vitimizadores felizes, testes da estatística t mostram que tal diferença não é significativa em nenhum grupo de idade. Na condição deôntica, os vitimizadores infelizes mais jovens, se bem que não os mais velhos, foram mesmo um pouco menos altruístas que os seus companheiros vitimizadores felizes.

TABELA 2
Médias das doações das crianças em função da idade e tipo de emoção na condição factual e na condição deôntica

Idade	Factual		Deôntica		Média global
	Positivas	Negativas	Positivas	Negativas	
5-6 anos	0.50 (16)	0.91 (11)	0.88 (9)	0.55 (18)	0.67 (27)
8-9 anos	0.85 (7)	1.50 (20)	1.00 (4)	1.39 (23)	1.33 (27)
Total	0.67 (23)	1.20 (31)	0.94 (13)	0.97 (41)	

Nota: Os números entre parênteses referem-se ao número de crianças que atribuíram o tipo de emoção em causa. As médias de doação podiam variar entre 0 - 6.

Estas diferenças, contudo, não são estatisticamente significativas.

Em resumo, contrariamente ao que previmos, não houve nenhuma relação significativa entre a atribuição de emoções positivas ou negativas pela criança ao transgressor e o seu comportamento pró-social na situação de dádiva anónima.

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Na Introdução, referimos que as pesquisas sobre a atribuição de emoções ao vitimizador por parte das crianças têm girado em torno de quatro questões fundamentais: o tipo de emoções que as crianças atribuem aos transgressores; a existência de padrões típicos em tal processo de atribuição; a ocorrência ou não de mudanças associadas à idade neste processo de atribuição; e a explicação dos principais resultados nesta área do desenvolvimento cognitivo, moral e emocional da criança, em particular a tendência das crianças mais jovens (i.e., entre os 4-6 anos) para serem vitimizadores felizes, e das mais velhas (i.e., entre os 8-9 anos) para serem vitimizadores infelizes (ver Arsenio & Lover, 1996; Nunner-Winkler & Sodian, 1988).

Ao longo deste artigo, argumentei que, para se ter uma melhor compreensão (a) das emoções que as crianças atribuem aos vitimizadores, (b) de alguns dos resultados contraditórios que têm emergido nesta área de pesquisa e (c) das impli-

cações destas pesquisas relativamente às diferentes posições de teorias actuais de desenvolvimento no que à competência moral da criança diz respeito, temos de considerar tais emoções, não apenas de um ponto descritivo ou factual – i.e., o que a criança pensa que o vitimizador sente depois de ter transgredido –, mas também, ou sobretudo, segundo uma perspectiva normativa e deôntica – i.e., o que a criança pensa que o vitimizador deve sentir depois de ter cometido alguma transgressão. Além de diminuir a probabilidade de um possível desencontro linguístico entre o que o experimentador quer perguntar e o que a criança pensa que lhe é perguntado, desencontro a que aludimos na Introdução, o apelo a questões normativas na atribuição de emoções aos vitimizadores por parte da criança permite-nos, por exemplo, distinguir entre transgressores aparentemente felizes (as crianças que atribuem emoções positivas ao vitimizador nas questões de tipo factual) e transgressores realmente felizes (as crianças que lhe atribuem emoções positivas em questões de tipo deôntico) e, portanto, compreender melhor o significado moral de tais emoções.

Nesta pesquisa havia dois objectivos. Primeiro, analisar, sob uma condição factual e outra deôntica, o tipo de emoções atribuídas por crianças de dois níveis etários a quem comete certas transgressões morais; segundo, relacionar esta atribuição de emoções com uma medida de comportamento pró-social das crianças numa situa-

ção de dádiva anónima. Em relação ao primeiro objectivo, previmos que o padrão do vitimizador feliz seria mais provável na condição factual que na deontica, e que esta discrepância ser-dever seria mais acentuada nas crianças mais velhas. Relativamente ao segundo, previmos que as crianças de tipo vitimizador feliz seriam menos altruístas que as de tipo vitimizador infeliz, e que esta diferença seria mais forte na condição deontica que na condição factual.

São vários os resultados que apoiam claramente as duas previsões relativas ao primeiro objectivo. Primeiro, fosse qual fosse a transgressão, as crianças de ambas as idades atribuíram de modo significativo mais emoções negativas na condição deontica que na condição factual (ver Tabela 1). Segundo, o número de vitimizadores felizes consistentes em todas as transgressões foi mais elevado na condição factual que na deontica, o oposto do que aconteceu aos vitimizadores infelizes consistentes, cujo número foi maior na condição normativa que descritiva. Terceiro, o tipo de transgressão nunca influenciou significativamente a atribuição de emoções negativas na condição deontica, embora isto tenha acontecido no grupo das crianças mais jovens na condição factual (ver Tabela 1). Quatro, a existência de emoções positivas no grupo dos 8-9 anos quase desapareceu na condição deontica, embora este tipo de emoções ainda seja bem visível na mesma condição no grupo das crianças mais novas (ver Tabela 1). Finalmente, as justificações das crianças são consistentes com os resultados relativos à sua atribuição de emoções. Por um lado, da condição factual para a deontica, houve em ambas as idades uma diminuição substancial das justificações orientadas para o vitimizador feliz (i.e., orientadas para o resultado tangível) e um aumento substantivo das justificações orientadas para o vitimizador infeliz (i.e., justificações morais); por outro lado, estas mudanças foram mais nítidas nas crianças de 8-9 anos que nas crianças de 5-6 anos (ver Tabela 2).

Os resultados deste estudo relativos à condição factual são parcialmente consistentes e parcialmente inconsistentes com os de pesquisas anteriores. Por exemplo, contrariamente a alguns estudos (e.g., Nunner-Winkler & Sodian, 1988), mas consonante com outros (e.g., Arsenio & Kramer, 1992; Murgatryod & Robinson, 1993; Lake *et al.*, 1995), neste estudo houve uma per-

centagem relativamente alta de crianças de 5-6 anos que já foram capazes de atribuir emoções negativas ao vitimizador, e uma percentagem relativamente alta de crianças de 8-9 anos que ainda lhe atribuíram emoções positivas. À semelhança de muitas outras pesquisas, contudo (e.g., Arsenio & Kramer, 1992; Lake *et al.*, 1995; Lourenço, 1997; Nunner-Winkler & Sodian, 1988; Yuill *et al.*, 1996), o presente estudo também encontrou uma mudança significativa na orientação moral das crianças mais novas para as mais velhas (i.e., os vitimizadores sentem-se bem porque obtêm o que desejam *versus* sentem-se infelizes por causa do mal feito às vítimas).

Contexto, cultura, motivação, aspectos metodológicos e desenvolvimento emocional, cognitivo e moral – ou diferenças nos vários passos do modelo de quatro componentes de Arsenio e Lover (1996) – são certamente algumas das variáveis que podem levar algumas das crianças mais novas a serem já vitimizadores infelizes, e alguns das mais velhas a serem ainda vitimizadores felizes. O que os dados deste estudo mostram claramente é que o número de crianças de tipo vitimizador feliz diminui substancialmente quando elas são questionadas em termos deonticos ou normativos.

Este resultado é também parcialmente consistente e parcialmente inconsistente (ver a seguir) com certos pontos de vista de teorias actuais de desenvolvimento, teorias que proclamam que, desde bastante cedo, a criança já possui um conhecimento moral relativamente sofisticado (Turiel, 1983). Este resultado também revela que algumas das crianças que foram tomadas em estudos anteriores como vitimizadores felizes eram mais vitimizadores felizes aparentes que reais e, portanto, que esta distinção aparece confundida em tais estudos. Se este for o caso, então algumas das descobertas destes estudos teriam sido outras, e algumas das contradições referidas na Introdução poderiam desaparecer. Por exemplo, Nunner-Winkler e Sodian (1988) argumentam que a atribuição de emoções aos vitimizadores por parte da criança está sujeita a uma forte mudança associada à idade (de emoções positivas para negativas) porque, na sua pesquisa, quase todas as crianças mais novas (4-6 anos) atribuíram emoções positivas ao vitimizador, ao passo que quase todas as mais velhas (8 anos) lhe atribuíram emoções negativas. Contudo, esta

modificação associada à idade seria certamente mais subtil e moderada se, em tal estudo, as crianças tivessem sido confrontadas com questões não descritivas ou factuais, mas normativas ou deonticas. Dado que, nos estudos relativos à atribuição de emoções ao vitimizador, as perguntas factuais podem levar mais facilmente ao desencontro linguístico entre a criança e o experimentador do que as perguntas deonticas, os «resultados factuais» parecem ser menos fidedignos que os «resultados deonticos», um aspecto que deve ser tido tanto mais em conta quanto mais ambos os resultados se referem a emoções com significado moral.

No nosso estudo, mesmo na condição deontica, algumas das próprias crianças mais velhas ainda atribuíram emoções positivas ao transgressor. Este aspecto mostra que o fenómeno do vitimizador feliz não é redutível ao desencontro linguístico já referido e, por conseguinte, que as questões deonticas *per se* não o fazem desaparecer por completo. Saber por que razões algumas crianças de certa idade e nível de desenvolvimento mudam ou não o seu padrão de atribuição de emoções ao vitimizador quando são questionadas em termos deonticos parece ser um tópico interessante para futuras pesquisas. Este tipo de pesquisa poderá aumentar também o nosso conhecimento sobre o desenvolvimento emocional da criança e a sua compreensão das emoções morais (Harris, 1989; Harter & Buddin, 1987; Saarni *et al.*, 1998). As experiências afectivas e sócio-morais da criança – que são o passo 1 no modelo de quatro passos de Arsenio e Lover (1996) – estão provavelmente também em jogo na atribuição, por parte da criança, de emoções positivas ou negativas ao vitimizador em situações de questionamento deontico.

Os resultados do nosso estudo não apoiam nenhuma das previsões relativas ao seu segundo objectivo, relacionar o padrão de emoções atribuído pela criança com uma medida do seu comportamento pró-social numa situação de dádiva anónima. Ao contrário do que foi previsto, as crianças de tipo vitimizador infeliz não foram mais altruístas que as de tipo vitimizador feliz, mesmo quando a comparação entre estes tipos de criança tinha em conta as suas atribuições na condição deontica (ver Tabela 3). Este resultado é inconsistente com os de estudos anteriores, que mostram que os vitimizadores infelizes se com-

portam de modo mais moral (i.e., resistem mais à tentação numa situação onde é possível fazer batota) que os vitimizadores felizes (e.g., Asendorpf & Nunner-Winkler, 1992; Lane *et al.*, 1995). Deve notar-se, contudo, que a nossa investigação relacionou as atribuições da criança, não com uma medida do seu comportamento moral (também chamado comportamento social negativo), mas do seu comportamento pró-social (também chamado comportamento social positivo). Esta distinção entre os domínios moral e pró-social faz sentido de um ponto conceptual como empírico (ver Eisenberg, 1998).

É possível pensar em várias explicações para compreender a não ocorrência da antecipada relação significativa entre o tipo de emoções atribuído pela criança e o seu comportamento pró-social. Por exemplo, poder-se-ia dizer que este tipo de emoção não tem qualquer efeito sobre o comportamento social da criança. Esta explicação, contudo, não é consistente, nem com a ideia generalizada de que as emoções avaliam os acontecimentos e motivam a conduta humana (Bretherton *et al.*, 1986), nem com os resultados de estudos anteriores, que mostraram que as crianças que atribuíam emoções negativas ao vitimizador foram mais morais que as do tipo de vitimizador feliz (e.g., Asendorpf & Nunner-Winkler, 1992). Uma explicação mais plausível é assumir que a situação de dádiva anónima foi demasiado abstracta e artificial para as crianças, ou mesmo que, em tal situação, o receptor das possíveis doações das crianças não era alguém em necessidade. De referir, contudo, que esta situação tem sido usada várias vezes para se estudar o desenvolvimento do comportamento pró-social da criança (e.g., Bar-Tal *et al.*, 1980). Parece, portanto, que o tipo de emoções que as crianças deste estudo atribuíram ao vitimizador não teve poder suficiente para influenciar significativamente o seu comportamento altruísta.

Quais as implicações dos nossos resultados para as teses de teorias actuais de desenvolvimento, em particular para aquelas posições relativas à competência moral da criança? Como é sabido, a teoria de estádios de Kohlberg (1984) e a abordagem da distinção entre domínios de Turiel (1983) têm posições muito diferentes em relação ao desenvolvimento e competência moral da criança. Enquanto para Kohlberg as crianças são sujeitos de moralidade pré-convencional –

isto é, orientam o seu raciocínio moral por considerações heterónomas, como, por exemplo, medo de sanções externas e obediência inquestionável às figuras de autoridade –, para Turiel, as crianças, mesmo de 4-5 anos, são já capazes de distinguir a moralidade da convenção, nisto mostrando que já possuem um conhecimento moral relativamente sofisticado.

Há vários resultados deste estudo que parecem apoiar esta ideia de Turiel. Primeiro, todas as crianças deram razões apropriadas para considerarem que os actos imorais que lhes eram descritos (roubar, empurrar, não confortar) eram efectivas transgressões. Segundo, em ambas as idades, as crianças que diziam que o vitimizador se sentia (ou devia sentir) mal, tendiam a dizer que ele se sentia assim, não pelo medo de sanções externas, mas por preocupações morais aparentemente genuínas (i.e., justificações orientadas moralmente). Finalmente, e mais importante ainda, o número de emoções negativas atribuídas ao vitimizador aumentou substantivamente quando as crianças foram confrontadas com questões deonticas (ou explicitamente morais). O facto de uma percentagem relativamente elevada de crianças mais novas ter ainda atribuído, mesmo na condição deontica, emoções positivas ao vitimizador, e o facto de as terem justificado pela invocação dos resultados tangíveis que ele obteve, estão mais de acordo com as teses de Kohlberg da pouca maturidade moral da criança, do que com a ideia de Turiel da sua elevada competência moral. Contudo, se tivermos presente que, para Kohlberg, ao contrário de Turiel, o conhecimento moral significa, não tanto conhecer normas morais num sentido meramente informativo, mas vê-las como obrigações pessoais que levam à conduta moral, o que neste estudo é mais consistente com a teoria de Kohlberg é o facto de não ter havido uma relação significativa entre o padrão de emoções atribuídas ao vitimizador e o comportamento pró-social das crianças. Seja como for, porque o significado do termo «conhecimento moral» não é o mesmo para Kohlberg e Turiel, nada é mais natural do que existir uma pesquisa cujos resultados são parcialmente consistentes e inconsistentes com ambas as abordagens.

Tudo bem considerado, este estudo mostra que a tendência frequente de muitas crianças, em especial das mais novas, para atribuírem emo-

ções ao vitimizador seguindo o padrão do vitimizador feliz, diminui amplamente quando elas são questionadas em termos deonticos, prescritivos ou de dever, em vez dos tradicionais termos factuais, descritivos ou de ser. Este resultado sugere, de modo bastante seguro, que muitas das crianças que foram consideradas vitimizadores felizes em estudos anteriores eram mais vitimizadores felizes aparentes que reais. Semelhante resultado tem, por isso, implicações bastante importantes para uma melhor compreensão (a) das concepções de emoções morais na criança; (b) de algumas descobertas relativamente contraditórias nesta área de pesquisa; (c) e de algumas teses de teorias actuais de desenvolvimento moral, em particular as que se relacionam com a competência moral da criança.

Dado que a atribuição de emoções positivas ou negativas ao vitimizador por parte da criança tem sido tomada como um indicativo do seu desenvolvimento moral, é um pouco surpreendente que, até aqui, os investigadores não tenham estudado o fenómeno do vitimizador feliz ou infeliz segundo uma perspectiva deontica ou do dever. As pesquisas efectuadas mostram que parece não haver dúvida de que este processo de atribuição de emoções depende, além de mais, do desenvolvimento cognitivo, emocional e moral da criança, mas também de variáveis não desenvolvimentistas. A minha esperança é que o estudo destas atribuições segundo uma perspectiva de dever contribua para destrinçar o que, em tais atribuições, é sobretudo desenvolvimento emocional, cognitivo, ou moral, e influência de variáveis de tipo não desenvolvimentista. Estaremos então em melhores condições para explorar a relação entre o comportamento da criança e as suas reacções cognitivas e emocionais face a conflitos morais hipotéticos ou reais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arsenio, W. (1988). Children's conceptions of the situational affective consequences of sociomoral events. *Child Development*, 59, 1611-1622.
- Arsenio, W., & Ford, M. (1985). The role of affective information in social-cognitive development: Children's differentiation of moral and conventional events. *Merrill-Palmer Quarterly*, 31, 1-18.

- Arsenio, W., & Kramer, K. (1992). Victimizadores e suas vítimas: Crianças's concepções das consequências emocionais da vitimização. *Child Development, 63*, 915-927.
- Arsenio, W., & Lover, A. (1996). Crianças's concepções de sociomoral afetiva: Crianças's concepções de sociomoral afetiva: Crianças's concepções de sociomoral afetiva. In M. Killen & D. Hart (Eds.), *Morality in everyday life* (pp. 87-128). Cambridge: Cambridge University Press.
- Asendorpf, J., & Nunner-Winkler, G. (1992). Crianças's moral motive strength and temperamental inhibition reduce their immoral behavior in real moral conflicts. *Child Development, 63*, 1223-1235.
- Barden, R., Zelko, F., Duncan, S., & Masters, J. (1980). Crianças's consensual knowledge about the experiential determinants of emotion. *Journal of Personality and Social Psychology, 39*, 968-976.
- Bar-Tal, D., Raviv, A., & Leiser, T. (1980). The development of altruistic behavior: Empirical evidence. *Developmental Psychology, 16*, 516-525.
- Blasi, A. (1980). Bridging moral cognition and moral action: A critical review of the literature. *Psychological Bulletin, 88*, 1-45.
- Bretherton, I., Fritz, J., Zahn-Waxler, C., & Ridgeway, D. (1986). Learning to talk about emotions: A functionalist perspective. *Child Development, 57*, 529-548.
- Damon, W. (Series editor) (1998). *Handbook of child psychology, vol. 3: Social, emotional, and personality development*. New York: John Wiley.
- Eisenberg, N. (1998). Prosocial development. In W. Damon (Series editor), *Handbook of child psychology, vol. 3: Social, emotional, and personality development* (pp. 701-778). New York: John Wiley.
- Grice, P. (1975). Logic and conversation. In P. Cole & J. Morgan (Eds.), *Syntax and semantics, vol. 3: Speech acts* (pp. 41-58). New York: Academic Press.
- Harris, P. (1989). *Children and emotion: The development of psychological understanding*. Oxford: Blackwell.
- Harter, S., & Buddin, N. (1987). Crianças's understanding of the simultaneity of two emotions: A five-stage developmental acquisition sequence. *Developmental Psychology, 23*, 388-399.
- Harter, S., & Whitesell, N. (1989). Developmental changes in crianças's understanding of single, multiple, and blended emotion concepts. In C. Saarni & P. Harris (Eds.), *Children's understanding of emotions* (pp. 81-116). Cambridge: Cambridge University Press.
- Keller, M., Schuster, P., Fang Fu-xi, Tang Hong, & Edelstein, W. (1996, November). *Cognition and motivation in the development of moral feelings in early childhood – or – happy victimizers in a cross cultural context*. Paper presented at the Conference of the Association for Moral Education. Ottawa.
- Kohlberg, L. (1984). *The psychology of moral development: The nature and validation of moral stages*. San Francisco: Harper & Row.
- Kohlberg, L., & Candee, D. (1984). The relationship of moral judgment to moral action. In W. Kurtines & J. Gewirtz (Eds.), *Morality, moral behavior, and moral development* (pp. 52-73). New York: John Wiley.
- Lake, N., Lake, S., & Harris, P. (1995). The expectation of guilt and resistance to temptation. *Early Development and Parenting, 42*, 63-73.
- Lourenço, O. (1993). Toward a Piagetian explanation of the development of prosocial behavior in children. *British Journal of Developmental Psychology, 11*, 91-106.
- Lourenço, O. (1997). Crianças's attributions of moral emotions to victimizers: Some data, doubts, and suggestions. *British Journal of Developmental Psychology, 15*, 425-438.
- Lourenço, O. (1998). Transgressores felizes e infelizes na compreensão de emoções morais na criança. *Psicologia, Educação e Cultura, 2* (2), 241-261.
- Murgatroyd, S. (1993). *The emotions that children attribute to a wrongdoer*. Unpublished PhD thesis, University of Birmingham.
- Murgatroyd, S., & Robinson, E. (1993). Crianças's judgments of emotion following moral transgression. *International Journal of Behavioral Development, 16*, 93-111.
- Murgatroyd, S., & Robinson, E. (1997). Crianças's and adults' attributions of emotion to a wrongdoer: The influence of the onlooker's reaction. *Cognition and Emotion, 11*, 83-101.
- Nunner-Winkler, G., & Sodian, B. (1988). Crianças's understanding of moral emotions. *Child Development, 59*, 1323-1338.
- Siegal, M., & Beattie, K. (1991). Where to look first for crianças's knowledge of false beliefs. *Cognition, 38*, 1-12.
- Saarni, C., Mumme, D., & Campos, J. (1998). Emotional development: action, communication, and understanding. In W. Damon (Series editor), *Handbook of child psychology, vol. 3: Social, emotional, and personality development* (pp. 237-309). New York: John Wiley.
- Turiel, E. (1983). *The development of social knowledge: Morality and convention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Yuill, N., Perner, J., Pearson, A., Peerbhoy, D., & van den Ende, J. (1996). Crianças's changing understanding of wicked desires: From objective to subjective and moral. *British Journal of Developmental Psychology, 14*, 457-475.

RESUMO

Este artigo tem dois objetivos centrais. Primeiro,

analisar as emoções positivas e negativas que as crianças atribuem a transgressores de normas morais em duas condições distintas (i.e., factual e descritiva; deôntica e prescritiva). Segundo, relacionar estas emoções com uma medida de comportamento pró-social das crianças numa situação de altruísmo. Cinquenta e quatro crianças de dois níveis etários (i.e., 5-6 anos; 8-9 anos) foram (a) confrontadas com três exemplos de transgressões morais; (b) solicitadas a atribuir emoções positivas ou negativas ao transgressor em ambas as condições; e (c) colocadas depois numa situação onde podiam doar algumas das guloseimas recebidas pela sua participação na investigação. Os resultados mostram que (1) o número de vitimizadores felizes (i.e., crianças que pensam que o vitimizador se sentiu bem depois de ter cometido a transgressão) foi muito menor na condição deôntica que na factual; (2) esta diferença foi mais acentuada nas crianças mais velhas que nas mais jovens; e (3) não houve qualquer relação significativa entre o tipo de emoções atribuídas pelas crianças e o seu comportamento altruísta na situação de dádiva anónima. São ainda discutidas as implicações destes resultados para uma melhor compreensão das emoções morais na criança, de dados contraditórios neste tema de pesquisa e de teses relativamente opostas de teorias actuais de desenvolvimento moral no que à competência moral da criança diz respeito.

Palavras-chave: Emoções morais, vitimizadores felizes, desenvolvimento, crianças.

ABSTRACT

This study examines children's attributions of positive and negative emotions to victimizers in an «is» or factual, and in an «ought» or deontic condition, and relates such emotions with a measure of children's prosocial behavior in an opportunity-to-donate situation. Fifty-four children from two age levels (i.e., 5- to 6-year-olds, and 8- to 9-year-olds) were presented with three moral transgressions, and asked to attribute positive or negative emotions to the victimizer in such conditions. They were then given an opportunity-to-donate situation in which they might donate some of the goods they had received for their participation in the study. The results show that (1) the number of happy victimizers was much lower in the deontic than the factual condition; (2) this difference was greater among the older than the younger children; and (3) there was no significant relationship between children's pattern of emotion-attribution (i.e., positive or negative) and their prosocial behavior. These findings have important implications for a better understanding of (a) children's conceptions of moral emotions; (b) some of the contradictory findings in this area of research; and (c) the somehow different claims of present-day theories of development as far as the child's moral competence is concerned.

Key words: Moral emotions, happy victimizers, development, children.